ABRIL DE 2022 | VOL. 1

BOLETIM GRUPO CURUMIM

Por todas as mulheres, por todos os direitos

GUIA do Boletim

Pág 02 - Pílula do dia seguinte, entrevista com Maria Benita Spinelli

Pág 04 - Cidadania plena para meninas e mulheres, por Elisa Aníbal

Pág 06 - Mortalidade Materna: Impactos da pandemia na desarticulação da rede de saúde, entrevista com Sandra Valongueiro

Pág 08 - Mulheres negras por Justiça Reprodutiva no enfrentamento às desigualdades, por Daniele Braz

EDITORIAL

Por Sueli Valongueiro

O Boletim Nº 01/2022 faz parte de uma série de informativos que serão lançados pelo Grupo Curumim este ano, que tem como objetivo colocar em pauta e fomentar reflexões sobre cenários e contextos que interferem na qualidade de vida das meninas e mulheres, em especial, quanto à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, a educação, a laicidade do Estado, ao racismo, as violências de gênero, a pobreza, dentre outros.

Este boletim foi construído a partir da escuta de mulheres e meninas, através de entrevistas e de produção de análises, que dialogam com a saúde e os direitos reprodutivos, no contexto político atual. Sendo assim, apresenta uma análise sobre o cenário no campo dos direitos sociais, políticos e econômicos para as mulheres e sobre justiça reprodutiva e o resultado das entrevistas que tiveram como foco a mortalidade materna, a contracepção de emergência, a situação das adolescentes e jovens no cenário da pandemia e a percepção de uma jovem sobre o ato no 8 de março.

Sintam estas narrativas, que trazem além da socialização das percepções e vivências das entrevistadas, dados e informações construídos cientificamente, como um convite para ação coletiva. Esperamos contribuir para acender, despertar ou fortalecer a força necessária para ações de defesa dos direitos das meninas e mulheres. Boa leitura!!!

PÍLULA DO DIA SEGUINTE

FOTO: REPRODUÇÃO

CONTRACEPÇÃO DE EMERGÊNCIA, UM DIREITO REPRODUTIVO

Entrevista com Maria Benita Spinelli

A contracepção de emergência é uma alternativa que pode ser utilizada diante de uma relação sexual desprotegida. Não é um método contraceptivo de rotina, como seu nome sugere. É indicada para evitar gravidez não desejada, quando ocorre esquecimento da contracepção regular, por problemas no uso do preservativo, ou em situação de violência sexual, que pode ser cometida por um desconhecido ou por um parceiro.

De acordo com Maria Benita Spinelli, professora universitária, coordenadora do Centro de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam) e associada do Grupo Curumim, relações sexuais não programadas são normais. Muitas pessoas ainda buscam anticoncepção de emergência após manter relações sexuais desprotegidas, mas a desinformação sobre a forma adequada de usar a popular "pílula do dia seguinte" pode acarretar problemas de saúde. O acolhimento nas unidades de saúde pode ser um diferencial na vida de quem precisa de informação e uso da pílula.

"As relações sexuais podem acontecer de forma espontânea e em algumas dessas situações a gente não está com o método na mão para fazer o uso, acontece. Sexo faz bem a nossa alma, faz bem para nossa saúde, para o nosso corpo, mas o que a gente não pode é banalizar o uso da contracepção de emergência. Porque é uma dose elevada de hormônio, que pode causar algumas alterações hormonais e alguns efeitos colaterais. Além disso, a contracepção de emergência evita gravidez apenas, ela não evita Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Então é preciso se informar e tomar todos os cuidados", explicou.

A contracepção emergencial se apresenta em comprimido, que pode vir em "dose pronta", ou seja, um comprimido único, que deve ser tomado de uma única vez. Ainda, pode vir nas apresentações mais antigas, que vem com dois comprimidos com 0,75mg cada um. Nesta apresentação de dois comprimidos, a indicação era usar um comprimido até 72h depois da relação sexual desprotegida e o outro 12h após a primeira dose. Atualmente, os estudos comprovam que a dose única é mais eficaz, então o recomendado é que, mesmo que a medicação seja aquela com dois comprimidos, eles devem ser tomados juntos.

> **"As relações sexuais podem acontecer de forma espontânea e em algumas dessas situações a gente não está com o método na mão para fazer o uso, acontece.**
>
> Benitta Spinelli

PÍLULA DO DIA SEGUINTE

Outra descoberta importante da ciência é que a contracepção de emergência é mais eficaz até as primeiras 72h após uma relação sexual desprotegida. Contudo, mesmo com menor eficácia, pode ser usada, com resultados, até o quinto dia após a relação desprotegida.

"Sabemos do peso de uma gravidez indesejada e sabemos também que as práticas para as mulheres interromperem a gestação no nosso país são inseguras e podem levar à Mortalidade Materna. Então, precisamos fortalecer os cuidados também para evitar o risco de passar por essas interrupções clandestinas. É importante que adolescentes e mulheres saibam que não precisam de prescrição médica para ter acesso a medicação para contracepção de emergência. A medicação pode ser acessada em farmácias e gratuitamente nos postos de saúde, principalmente nas unidades de saúde da família, nas unidades de atenção básica", disse Benita.

DIFICULDADE NO ACESSO NÃO PODE SER IMPEDITIVO NA BUSCA POR AJUDA

Embora pareça simples, observa-se que esse acesso encontra alguns obstáculos nas próprias unidades de saúde. Independente disso, em qualquer situação, meninas e mulheres têm o direito de usar a contracepção de emergência.

Para Benita, apesar disso, é desejável que o acompanhamento seja feito por profissionais de saúde, porque ao contrário das farmácias, onde se pode comprar o medicamento sem entraves, na unidade de saúde os profissionais vão orientar a respeito do uso da medicação. Também são responsáveis por desenvolver estratégias para melhor dialogar sobre a necessidade de cada pessoa e sobre os cuidados com a saúde sexual e reprodutiva.

"Vivemos num país extremamente machista e conservador com a vida das mulheres, que só consegue olhar para nós mulheres como seres biológicos, seres da reprodução, a mulher doméstica, cuidadora da casa, da família e dos filhos. Então muitas vezes não conseguimos exercer nossos direitos sexuais e reprodutivos nas unidades básicas de saúde, onde os obstáculos se impõem através de pessoas na própria instituição / serviço, que colocam seus valores pessoais e preconceitos na frente dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres", pontuou.

Maria Benita Spinelli é professora universitária, coordenadora de enfermagem do Cisam e associada do Grupo Curumim

> **É importante que adolescentes e mulheres saibam que não precisam de prescrição médica para ter acesso a medicação para contracepção de emergência. A medicação pode ser acessada em farmácias e gratuitamente nos postos de saúde.**
>
> Benitta Spinelli

CIDADANIA PLENA PARA MENINAS E MULHERES E A CONSTRUÇÃO DE UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA

Por Elisa Aníbal

Garantir direitos sociais, políticos e econômicos para mulheres em todas as fases de sua vida é o desafio de uma democracia embasada no alcance da cidadania e bem estar social de todas e todes. No Brasil, a luta dos movimentos feministas e organizações não governamentais para reconhecimento de direitos humanos das mulheres e meninas atravessa todo o processo de redemocratização, ainda com diálogos estratégicos e advocacy na base constituinte e permeia a malha social e governamental por mais de três décadas, à que se admitir a luta feminista e as suas pautas – sejam elas Saúde Sexual e Reprodutiva, antirracismo, enfretamento a violência de gênero e justiça socioambiental – se popularizaram na sociedade brasileira.

Um estudo realizado pelo Instituto IPSOS com adultos de 30 países revela que 51% das brasileiras se consideram feministas. Elas estão acima da média global (47%) de mulheres que concordaram com a frase **"eu me defino como feminista"**[1] e isso sem sombra de dúvidas se deve ao trabalho constante de colocar a discussão da democracia como importante marco de direitos na vida de todas as mulheres e meninas.

No entanto, desde os ataques fundamentalistas no congresso nacional, encabeçadas por Eduardo Cunha nos anos 2014 e 2015, sobre os direitos sexuais e reprodutivos, e posterior golpe de 2016, com desarticulação das políticas públicas, desmonte dos sistemas sociais e de saúde, estamos em tempos de repetidas ameaças, tentativas de retirada de direitos e retrocessos contra a democracia, a constituição e o alcance da cidadania plena das mulheres. Posto isto, em 2022 temos coletivamente, como sociedade, o desafio de restabelecer um Estado de Direitos. É importante considerar os dados acerca do congresso nacional relativo às últimas eleições de 2018, onde elegemos o "congresso mais conservador dos últimos 40 anos".

O novo Congresso Nacional, renovado em 52% na Câmara e 85% no Senado – em relação às 54 vagas em disputa – será mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente do que o atual. Pulverizado partidariamente e organizado em torno de bancadas informais – como a evangélica, segurança/bala e ruralista –, será o mais conservador desde a redemocratização [2].

Considerando que a crescente onda de rejeição ao sistema político e suas práticas, especialmente disseminada por um discurso difuso da direita e ultradireita que utiliza desta rejeição para se colocar como representantes da figura pública de negação à política, mas que se mantém ao longo de décadas utilizando-se das práticas políticas deste sistema para manter-se no poder.

> **(...) precisamos atuar no enfrentamento a política de desinformação, construir alianças com movimentos sociais, feministas e organizações não governamentais. Pautar um Estado democrático de Direito, consolidar entre as cidadãs e cidadãos a importância da melhoria na qualidade de vida de meninas e mulheres, para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.**

A ideia da "Maioria Moral" associada ao fundamentalismo ganha força com atuação politizada e entrada dos evangélicos na política institucional, que institui reação sistêmica aos avanços sociais em especial no tocante às mulheres e **LGBTQIA+**, construindo ideário social embasado na teoria da prosperidade, intrinsecamente ligada ao neoliberalismo e uso da fé, ao uso da coerção e do medo, multiplicando *Fake News* e disseminando ódio à esquerda e aos movimentos sociais.

Neste cenário precisamos atuar no enfrentamento a política de desinformação, construir alianças com movimentos sociais, feministas e organizações não governamentais. Pautar um Estado democrático de Direito, consolidar entre as cidadãs e cidadãos a importância da melhoria na qualidade de vida de meninas e mulheres, para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Construir incidência nos meios de comunicação contra hegemônicos contrapondo-se à ideia de absoluta sujeição de um "homem despolitizado"[3] do ponto de vista individual, subjugado pelo fenômeno do Estado autoritário.

Por todas as mulheres, por todos os direitos!

Elisa Aníbal é jurista, pós-graduanda em Direito das Mulheres e advocacia Feminista, educadora e assessora do Grupo Curumim.

MANIFESTAÇÕES DO 8 DE MARÇO NO RECIFE

FOTO: ALINE ARAÚJO/GRUPO CURUMIM

8M PEDE O FIM DO FEMINICÍDIO E TRANSFEMINICÍDIO NO RECIFE

Entrevista com Alice Soares

O Dia Internacional de Luta das Mulheres, 8 de março, foi marcado por ato protagonizado por mulheres e movimentos sociais que tomou as ruas no centro do Recife. Com o tema "Pela vida de todas as mulheres: abaixo o bolsonarismo! Pelo fim da fome, do racismo, do feminicídio e do transfeminicídio", a manifestação na edição de 2022 deixou um enorme sentimento pela busca de caminhos que garantam o fim do governo misógino, machista, racista e fundamentalista que nos assola.

Esse ano o ato contou com equipe de biossegurança, jogral, batucadas e creche para crianças, para que suas mães pudessem pedir melhores condições de vida e por uma sociedade com justiça social. Além disso, na ala de abertura o destaque ficou para mulheres negras e trans, maiores alvos de feminicídio no estado e no país, que abriram caminhos da marcha para as outras mulheres.

ARTIVISMO: MUSICALIZANDO DIREITOS

O Grupo Curumim levou consigo para o ato as meninas inseridas na ação educativa sociopolítica e de artivismo do Programa Cunhatã. Com seus instrumentos e energia, integraram a batucada feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) e propagaram paródias abordando de maneira criativa as adversidades enfrentadas por meninas e mulheres [4].

Para Alice Soares, de 18 anos, que integra o programa, o ato trouxe muitas reflexões sobre a vida das mulheres e a importância de continuarmos em luta para alcançar a equidade, respeito e políticas públicas de proteção.

"Estar junto de diversas mulheres e tantas organizações e movimentos sociais me trouxe fortalecimento, no sentido de pertencimento à luta contra o machismo estrutural e tantas proibições vividas no dia a dia. Ver tantas mulheres organizadas em perspectiva de interesse coletivo mostra à sociedade do Recife e de todas as regiões do Brasil a importância das mobilizações. [Essas manifestações] Configuram mudanças que são necessárias na sociedade. [É importante] Irmos para as ruas nos articular e mobilizar, trazer nos nossos cantos, a denúncia do que não queremos e do que tem que ser feito", falou.

> **"Estar junto de diversas mulheres e tantas organizações e movimentos sociais me trouxe fortalecimento, no sentido de pertencimento à luta...**
>
> Alice Soares

Alice Soares tem 18 anos, é estudante e integra o Programa Cunhatã do Grupo Curumim

FOTO: ARQUIVO PESSOAL/ PATRÍCIA LIMA

MORTALIDADE MATERNA

IMPACTOS DA PANDEMIA NA DESARTICULAÇÃO DA REDE DE SAÚDE

Entrevista com Sandra Valongueiro

A Mortalidade Materna, definida como a morte durante a gravidez, parto, abortamento e puerpério, ou no prazo de 42 dias após o final da gestação, é um problema de saúde pública global. Com a pandemia, as gestantes e puérperas têm despontado como um grupo de grande preocupação, diante da evolução da morte materna a níveis extremamente elevados. O Brasil figura com o maior número de óbitos e uma assustadora taxa de letalidade de 7,2%, ou seja, mais que o dobro da atual taxa de letalidade do país, que é de 2,8% [5].

De acordo com Sandra Valongueiro, médica, pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenadora colegiada do Comitê Estadual de Mortalidade Materna de Pernambuco (CEEMM) e associada do Grupo Curumim, o Brasil teve uma média de 55,82 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos entre os anos de 2005 e 2017, que se manteve até meados dos anos 2000, depois essa queda foi interrompida.

"A gente vive num país que tem entre 95% a 96% de partos hospitalares e mesmo assim não conseguimos reduzir a Mortalidade Materna abaixo de 50 óbitos femininos por 100 mil nascidos vivos. A Covid-19 chega dentro desse quadro já precário de assistência no Brasil e interrompeu alguns ganhos – boas práticas, presença de acompanhante, o toque, a pele a pele com bebê, redução das cesarianas – tanto aqui quanto globalmente. Então, a gente pode dizer que tudo que estava ruim foi piorado por causa da pandemia, além da própria infecção em si", explicou.

Para Sandra, outra questão importante de observar é que mais de 90% dos óbitos maternos são consideráveis evitáveis, como os relacionados a atenção básica – pré-

> **"A gente vive num país que tem entre 95% a 96% de partos hospitalares e mesmo assim não conseguimos reduzir a Mortalidade Materna abaixo de 50 óbitos femininos por 100 mil nascidos vivos.**
>
> Sandra Valongueiro

natal, falta de contracepção, contracepção errada, gravidez indesejada que acaba levando a baixa adesão ao pré-natal, ou ao aborto inseguro –. Para ela, a qualidade da atenção ao parto também é ruim, por ser um modelo centrado no médico, no hospital e na cesariana. Além disso, existe a hipermedicalização, superlotação, falta de leitos nas UTIs Obstétricas, peregrinação e desarticulação da rede.

"A desarticulação da rede de saúde é um grande problema. Quando a maternidade fica na munícipe da gestante, não se faz necessária a transferência dessas pessoas, que precisam de uma cesárea ou de um parto mais cuidado, para outros serviços. Soubemos recentemente que a maternidade de Camaragibe, por exemplo, fechou. Como uma maternidade de um município de 150 mil habitantes, com uma prefeita mulher, permite que uma maternidade seja fechada?", questionou Sandra.

As principais causas de Mortalidade Materna no Brasil continuam sendo as doenças hipertensivas da gestação, as eclampsias, as hemorragias, infecções, aborto e depois temos as doenças cardiovasculares e as doenças relacionadas ao aparelho circulatório. Em 2020, com a pandemia, crescem as doenças virais, onde as causas por Covid-19 começam a despontar.

Segundo Sandra, antes mesmo da infecção chegar, existiam estimativas que o Brasil ia exercer um grande crescimento de Mortalidade Materna no contexto da pandemia, tanto por infecção da própria doença quanto pela desorganização da rede de atenção – adiamentos de consultas, dificuldade na realização de exames, dificuldades de acesso aos insumos, a contracepção – e mesmo sabendo desse risco os estados brasileiros não conseguiram fugir da previsão.

"Na primeira onda, a atenção básica perdeu a chance de mostrar seu valor. Não dá pra apontar exatamente o que se fez de errado. O que sabemos hoje é que no começo houve centralização em hospitais, em abrir UTIs, e se descuidou da atenção básica. Antes a gente dizia 'as mulheres com comorbidades, com diabetes, HIV, alguma neoplasia, essas são as grávidas com mais riscos de ter Covid-19 e complicar', quando na verdade, sabemos hoje, que os fatores de risco aumentam as chances de complicação, mas a própria condição de estar grávida e puérpera já é um risco. Principalmente para as mulheres que vivem em posição de maior vulnerabilidade – negras, periféricas, com dificuldade de acesso e mobilidade – que é uma parcela muito grande da população e que vão parir seus filhos fora de seus domicílios, precisam peregrinar", lamentou.

Todo o contexto da atenção básica se somou ao imbróglio do Governo Federal em liberar e ofertar o uso da vacina. Levando em consideração que a gravidade da doença em gestantes e puérperas é muito maior do que na população em geral – no Brasil, a taxa de letalidade é cerca de 3% da população geral, enquanto que em gestantes, que era 7.2% em 2021, chega aos 14% em 2021 – como previsto, houve um aumento desesperado de óbitos maternos, principalmente no primeiro semestre antes da vacinação.

"Além de atingir gestantes e puérperas, a pandemia dificulta também os estudos dos impactos neste grupo. Para se ter uma ideia, na última reunião do Comitê Estadual de Mortalidade Materna de Pernambuco (CEMM-PE) não foi possível discutir os números porque não havia profissionais que tabulassem esses dados, estavam afastados por terem contraído Covid-19. O que a gente pode fazer agora é incentivar a vacinação dessas grávidas e puérperas", disse

"A própria condição de estar grávida e puérpera já é um risco. Principalmente para as mulheres que vivem em posição de maior vulnerabilidade...

Sandra Valongueiro

A líder técnica da resposta à pandemia de covid-19 da Organização Mundial da Saúde (OMS), Maria Van Kerkhove, afirmou no início de março de 2022 que ainda é possível observar uma alta transmissão da variante Ômicron no mundo. Segundo ela, não foi possível chegar ao patamar desejado de vacinação contra a covid-19, que é de 70% da população mundial. Mesmo sendo uma variante menos letal, a Ômicron é mais contagiosa e isso faz com que muitas pessoas precisem de hospital e UTI, sobrecarregando novamente o sistema de saúde, prejudicando não apenas infectados pela Covid-19, mas todos que venham a precisar desses espaços. Para Sandra Valongueiro, além da vacinação, se faz necessária a expansão do programa de saúde básica.

"A gente sabe que a pandemia trouxe um sofrimento muito grande, luto e mortandade, e é a atenção básica que está junto da população. Juntamente com programas sociais, como o Bolsa Família. Uma vez expandido, precisamos também que chegue mais perto da realidade da população como, por exemplo, na flexibilização dos horários dos serviços. Cada unidade precisa se ajustar à sua comunidade. Não deveria ser a população a se ajustar ao programa. Conhecemos várias histórias de mulheres que passaram pelo pré-natal com tumores, com outras doenças, que só foram descobertas no parto. Coisas inadmissíveis. Então precisamos expandir, conversar com a comunidade e qualificar a atenção básica", concluiu.

Sandra Valongueiro é médica, pesquisadora da UFPE, coordenadora colegiada do CEEMM -PE e associada do Grupo Curumim

MULHERES NEGRAS POR JUSTIÇA REPRODUTIVA NO ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES

Por Daniele Braz

As mulheres e meninas negras, historicamente, tiveram seus corpos desumanizados, desde a escravização da população negra, e se mantém até os tempos de hoje, o que fica nítido com a expressão do racismo estrutural institucionalizado pelo Estado que promove as desigualdades de acessos aos serviços e aos bens comuns como na saúde integral, educação, moradia, saneamento básico, trabalho, entre outros.

Quando falamos de violação de direitos, uns dos que se sobressaem dentro da vivência das meninas e mulheres negras se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, direitos estes que sempre foram e permanecem restritos. Atualmente, são elas que continuam com menos acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, que mais sofrem violência obstétrica, que mais morrem por Mortalidade Materna, que são mais criminalizadas por abortamento, que mais sofrem com a falta de políticas públicas, e com a não implementação das políticas já existentes.

A experiência da maternidade das mulheres negras é extremamente diferente da experiência das mulheres não negras, que sofrem diversas violações agregadas, junto com seus filhos, como por exemplo a pobreza. Para enfrentar este quadro surge a proposta da luta por Justiça Reprodutiva, que pauta a vivência da intersecção de opressões de raça, gênero e classe, na trajetória da vida reprodutiva das mulheres negras.

Aqui no Brasil as mulheres negras começaram a reivindicar Justiça Reprodutiva com o movimento de mulheres negras e na declaração de Itapecerica da Serra (1993), e se consolidou com mulheres afro-estadunidenses, latinas e asiáticas após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994), no qual, o movimento de mulheres afro americanas, indígenas e asiáticas criam o conceito de Justiça Reprodutiva, que reconhece a especificidade das mulheres negras que sofrem a interseccionalidade das opressões de raça, gênero e classe, e traz o entendimento e a expansão do olhar sobre os direitos reprodutivos, trazendo a justiça social como elemento fundamental para o exercício dos direitos humanos, entendendo que para isso acontecer meninas e mulheres negras precisam de seus direitos assegurados, escolhendo ter seus filhos, ou não. E se decidirem ter filhos, conseguir vê-los crescerem!

No Brasil, 55,6% das mortes de jovens homens entre 15 e 19 anos são negros [6], causando sofrimento profundo nas mulheres negras. Um exemplo de injustiça reprodutiva aconteceu durante a Pandemia do Covid-19 no Brasil, um caso emblemá-

tico, ocorrido em Pernambuco, nordeste do Brasil, onde se encontra a maior população negra do país, e que mostrou para a sociedade as diferenças na vivência da maternidade entre as mães negras e brancas.

Durante a pandemia, em pleno *Lockdown*, Sári Corte Real, uma mulher branca, de uma família rica de Pernambuco, casada com prefeito do município de Tamandaré (litoral norte de Pernambuco), que integra uma família de "tradição" na política do estado, colocou Miguel Otávio de 5 anos, filho de Mirtes Renata, mulher negra e empregada da família, sozinho em um elevador. Por consequência, o menino desceu do elevador no 9º andar do prédio e caiu tentando encontrar a mãe. No momento da morte do menino Miguel, Mirtes Renata levava o cachorro da família para passear, a pedido de sua patroa, Sári Cortes Real, que ficou responsável pelo menino Miguel.

O processo de julgamento do caso segue lentamente na justiça de Pernambuco, o que consolida a hipótese de racismo estrutural.

Pode-se aferir que se a filha de Sári Corte Real estivesse sob os cuidados de Mirtes Renata e a mesma tivesse deixado a criança sozinha no elevador, tendo como consequência sua morte, a Mirtes Renata já estaria encarcerada.

Para acompanhar o processo, Mirtes Renata Souza junto a Rede de mulheres Negras de Pernambuco, a Articulação Negra de Pernambuco, movimentos e organizações sociais, lançaram a campanha #JUSTIÇAPORMIGUEL [7], na busca por condenação e responsabilização pela morte da criança.

Estamos vivendo um momento de retrocessos nas políticas de enfrentamento à pobreza, às violências e ao racismo, ações que adotam a necropolítica [8], e afetam, sobretudo, a sobrevivência das mulheres negras e de seus filhos.

Assim, se faz necessário e urgente a luta por justiça social, pelos direitos humanos que garantam os direitos reprodutivos de forma ampla, para que as mulheres negras possam decidir pela maternidade e, quando mães, possam ver seus filhos crescerem sem sofrerem racismo e violências.

É preciso assegurar educação sexual e reprodutiva nas escolas públicas, onde a maioria das meninas negras estão; Garantir informação e acesso a contracepção para não engravidar, se não desejar e aborto legal e seguro para não morrer.

E assim, possibilitar o alcance do "bem viver".

Daniele Braz é economista doméstica, pós-graduanda em Políticas Públicas e Justiça e assessora do Grupo Curumim

ESCUTANDO MENINAS SOBRE SUAS VIVÊNCIAS

VIVÊNCIAS DE MENINAS, ADOLESCENTES E JOVENS NO CONTEXTO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL

Entrevista com Maristela Serpa

Em março de 2021 o Grupo Curumim promoveu o seu tradicional concurso de redação, dessa vez, com tema "Vivências no isolamento social durante a pandemia do Coronavírus". A partir da escuta de 136 meninas, o Grupo Curumim pôde avaliar que os impactos da pandemia e o distanciamento social nas adolescentes e jovens vão além da falta de acesso as tecnologias. Para a estudante Maristela Serpa, que participou pela primeira vez da construção do processo de um concurso de redação voltado às adolescentes e jovens, sendo ela mesma uma adolescente de 17 anos, o momento da pandemia e do distanciamento social evidenciou o trauma que é, para muitas crianças e adolescentes, ficar em casa.

"Ir para escola, encontrar os amigos, é uma forma de superar muitas das situações difíceis que a gente passa. Então, não poder sair, não ter ninguém para conversar, potencializou esses problemas. Além disso, o *lockdown* e a necessidade de ficar mais tempo em casa colocou crianças e adolescentes em risco, já que a maioria dos abusos e violências acontecem dentro do próprio lar".

De acordo com a estudante, diante do contexto de pandemia, a ação além de promover a escuta desse grupo ainda atuou como uma lufada de entusiasmo na vida das 136 participantes.

ESCUTANDO MENINAS SOBRE SUAS VIVÊNCIAS

"Ter uma ação que abre espaço para as meninas falarem, colocarem para fora tudo isso o que elas estavam sentindo, foi essencial. Além das meninas poderem se abrir, ainda tiveram a oportunidade de ganhar um prêmio como incentivo. Uma iniciativa muito importante, principalmente para aquelas pessoas que têm muita dificuldade financeira ou para se locomover", disse.

Os concursos de redação realizados pelo Grupo Curumim desde 2015 têm escutado meninas sobre suas vivências quanto à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. A redação é resultado de uma ação educativa realizada em parceria com escolas municipais, onde os temas da redação são abordados em encontros com professores e estudantes, uma vez que, para o Grupo Curumim, a escola deve ser um dos principais ambientes para disseminar conhecimento sobre esses temas.

Devido o distanciamento social, imposto pela pandemia em 2021, o nono concurso de redação aconteceu de forma atípica, sem que antecedesse uma ação educativa nas escolas e de maneira remota. Apesar do desafio de fazer um concurso manuscrito online ter dado certo, para Maristela as ações educativas diretas nas escolas, como aconteceu nos oito concursos anteriores, faz com que o tema seja melhor absorvido por todas as adolescentes e professores de uma mesma escola.

"Penso que projetos desses tipos devem ser difundidos nas escolas. Sabemos que adolescentes podem ser dispersos, então falar constantemente sobre esses temas faz a mente absorver com mais facilidade e isso significa livrar crianças e adolescentes dos perigos. Na falta da escola, acredito que o Concurso de Redação chegou às comunidades, um dos lugares mais afetados por todos esses problemas, principalmente na pandemia".

Maristela considerou "incrível" ter participado da organização do Concurso de Redação enquanto adolescente, principalmente pela oportunidade de trazer suas vivências na hora da criação do objeto e do formato do concurso.

"Quando a gente vê 'projeto para adolescente' nunca pensamos em como a construção é feita. Nós adolescentes sempre vemos o projeto já pronto, nunca participamos do processo. Mas nada melhor do que criarmos algo que vai servir para nós mesmas. Em dado momento me perguntaram 'você como adolescente gostaria de ganhar o quê? O que é que vai facilitar sua vida? O que vai melhorar um pouco sua vida nessa época de pandemia?'. Poder falar o que eu gostaria de ganhar e o que seria melhor na minha perspectiva enquanto adolescente foi muito legal. Ter a oportunidade de participar ativamente deste espaço e ver o empenho dessas mulheres foi incrível", disse ela.

Maristela Serpa tem 17 anos, é estudante e integra o Programa Cunhatã do Grupo Curumim

DICAS DE AUDIOVISUAL

- **O gambito da rainha - Scott Frank** e **Allan Scott**

- **"Para Miguel" - Vitória Álvares e Mirtes Renata**

- **A encantadora de Baleias - Niki Caro**

- **Evitável - Júlia Morim**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1]https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2022/03/mais-da-metade-das-brasileiras-se-considera-feminista-revela-pesquisa.html

[2]https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/

[3]Paulo Bonavides, Ciência politica, p.581. 2ª Edição.

[4]Paródia da música "Vem meu amor" da banda Olodum - criada pelas integrantes da ação Muzicalizando Direitos do Programa Cunhatã (Passira - 2019)*

[5]Observatório da Covid-19 - Fiocruz - 2021

[6]Atlas da Violência 2020

[7]Dossiê Menino Miguel- Grupo Curumim 2020

[8]O poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer - Achille Mbembe

FOTO: ALINE ARAÚJO/ GRUPO CURUMIM

- Quando você me vê tu paras logo para olhar
A sua boca não consegue segurar Fala do meu corpo com piadas sem parar
Cala tua boca que não quero te escutar
Eu fico assim querendo te entender O teu machismo que não para de crescer
Sua opinião nem tenta me dizer
Foi para as mulheres que eu fiz este refrão:

Vem minha gente lutar pela razão
Vem minha gente cantar esta canção
Vem para o feminismo, Lutar contra o machismo
Chega pra cá vamos fazer revolução!

EXPEDIENTE:

Boletim Grupo Curumim
ANO II | 1ª edição
Rua R. Profa. Maria da Paz Brandão Alves, 63 - Casa Forte, Recife - PE, 52031-100
Email: curumim@grupocurumim.org.br

Acompanhe o Grupo Curumim:
www.grupocurumim.org.br
Instagram: @grupocurumim
Facebook: @gcurumim
Twitter: @gcurumim

Coordenação colegiada do Grupo Curumim: Sueli Valongueiro, Paula Viana, Neide Batista
Redação: Aline Araújo, Elisa Aníbal, Daniele Braz e Sueli Valongueiro
Edição: Sueli Valongueiro e Elisa Aníbal
Diagramação e projeto gráfico: Aline Araújo

Se te deixou com vergonha ou medo, #NãoEraCarinho
Dúvidas sobre direitos sexuais e reprodutivos?
Precisa de ajuda? Fala com **VERA**: 8198580-7506
DOE e nos ajude a continuar fortalecendo a cidadania de meninas e mulheres:
Banco do Brasil -Agência: 3243-3 C/C: 110 .089-0

Este boletim foi elaborado com recursos da Fòs Feminista e do edital Trilhas do Cairo II

POR TODAS AS MULHERES · POR TODOS OS DIREITOS